



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

APROVADO

Sala das Sessões 07/ outubro/ 96

Deleide Tavares
Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER

ASSUNTO : Projeto de Lei nº 023/96, do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder direito real de uso de bem imóvel à Associação Reviver, conforme especifica.

A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições regimentais, com relação ao Projeto de Lei nº 023/96 do Executivo Municipal, emite o seguinte parecer :

1. A Associação Reviver Enquanto Há Vida, Há Esperança, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por escopo prevenir a ocorrência e recuperar pessoas que possuam dependência física ou psíquica de drogas ou substâncias químicas de qualquer espécie, com sede e foro à Rua Mauro Portugal, nº 555, Vila Bancária, nesta cidade de Campo Largo, inscrita no CGCMF sob nº 00.960.656/0001-56, não remunerando, por qualquer forma, os cargos de sua diretoria.
2. A Associação tem prestado relevantes serviços preventivos e de recuperação de pessoas que fazem uso entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. Tem levado esclarecimentos e alertado aos jovens e seus familiares da nocividade das drogas.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Essa entidade, formada por uma parcela de nossa sociedade, especialmente abnegadas senhoras, como Raquel R. Albuquerque (Presidente), Jandira Barichello (Secretária), dentre outras, trouxe para si a incumbência hercúlea de lutar contra tão desastrosa atividade maligna, que é o tóxico, compactuada permanentemente com a dor, o negativismo, a catástrofe e a morte.

Aliás, esta luta não deve ser só da Associação Reviver, mas deve ser encampada por toda a sociedade, razão pela qual a Comissão entende como justa a concessão pretendida.

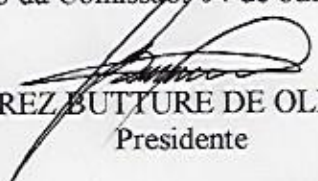
No aspecto jurídico, a viabilidade do Projeto calca-se no art. 24 da Lei Orgânica Municipal, que conceitua *a concessão de direito real de uso como o contrato pelo qual a administração transfere a utilização remunerada ou gratuita de terreno público ao particular, como direito real resolúvel, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social.*


Por outro lado, o § 1º do art. 26 da Lei Máxima do Município, autoriza a dispensa da concorrência quando se verificar o relevante interesse público na concessão, como é o caso em apreço.

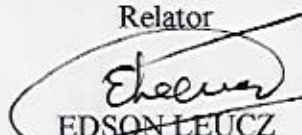
Posto isto, a Comissão emite parecer favorável e recomenda a aprovação do Projeto de Lei nº 023/96 dado o relevante interesse público da concessão.

É o parecer.

Edifício da Câmara Municipal,
Recinto da Comissão, 04 de outubro de 1.996


JUAREZ BUTTORE DE OLIVEIRA
Presidente


DARCI ANTONIO ANDREASSA
Relator


EDSON LEUCZ
Membro